



Foto: Helena Costa

# A Assembleia da República

não pode continuar a ignorar o aborto clandestino!

não pode continuar a manter uma lei desajustada e injusta!

tem de alterar esta lei desumana e cruel para as mulheres!

Um novo julgamento decorre em Aveiro envolvendo mulheres acusadas de prática de aborto.

# É UMA VERGONHA

## o que se passa em Portugal!

Decorre um novo julgamento, envolvendo mulheres acusadas de prática de aborto, e com a particularidade de envolver, como cúmplices, maridos e namorados.

Após o julgamento da Maia não pararam de surgir novas situações, que envolvem clínicas, parteiras, mulheres.

É a clara demonstração de que as investigações, os processos em Tribunal, as mulheres que se sentam nos bancos dos réus, são uma realidade.

É inadmissível que o Estado português mantenha uma lei desajustada, uma lei desumana, uma lei cruel para as mulheres:

- atira-as para os circuitos de clandestinidade em Portugal;
- sujeita-as a julgamento, tratando-as como criminosas.

Maioria PSD/CDS-PP é travão à despenalização do aborto

Ao mesmo tempo aposta na tentativa de impôr, na esfera do Estado, valores e princípios de actuação que contrariam direitos civilizacionais consagrados na Constituição da República e nas leis, em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.

Assume o compromisso político de inviabilizar qualquer iniciativa legislativa que colida com o resultado do Referendo de 28 de Junho de 1998, seja através de projecto-lei, seja através da realização de um novo referendo.

É uma vergonha!

O resultado do Referendo não teve carácter vinculativo. Não há qualquer preceito legal que impeça a Assembleia da República de legislar positivamente pela despenalização do aborto.

# Será que eles não querem que as mulheres vão para a prisão?



Durão Barroso:  
«...Não me considero capaz  
de condenar uma mulher que, sem  
dúvida, com grande sofrimento opta  
por essa decisão.  
Creio que esta é uma questão  
de consciência, do foro íntimo  
de cada um.»  
Página do PSD na Internet, no âmbito  
da campanha para as Eleições Legislativas/2002.



Bagão Félix:  
«...Sou contra a mudança da lei. (...)  
O julgamento (da Maia) tem  
uma parte criticável que é juntar-se  
no mesmo processo as mulheres  
que abortaram com os autores  
do aborto. As primeiras merecem  
compreensão e não que se lhes  
aponte o dedo.»  
Correio da Manhã, 19/1/2002



Paulo Portas:  
«...não conheço ninguém do "Não"  
que ande pela rua para perseguir  
quem quer que seja.»  
Jornal de Notícias, 1/3/2002.

## É uma hipocrisia

As suas posições dão origem a processos,  
a julgamentos e a eventuais condenações.  
Eles são cúmplices com os circuitos clandestinos.

## É tempo de lhes dizer

que a origem dos processos de investigação  
em curso, dos julgamentos e das condenações,  
advém do facto de se oporem a que  
o Código Penal deixe de considerar  
o aborto crime punível até 3 anos de prisão.

# É UMA VERGONHA o que se passa em Portugal!

Temos das legislações mais recuadas da Europa.  
Várias instâncias internacionais têm vindo  
a manifestar as suas preocupações pela  
existência de leis restritivas em Portugal em relação  
ao aborto, porque os abortos clandestinos  
têm sérios impactos negativos na saúde  
das mulheres e no seu bem-estar.  
O Parlamento Europeu recomendou (3/7/2002)  
aos Estados-membros a não agir judicialmente  
contra as mulheres que abortam.

O PCP manifesta a maior preocupação  
com um novo julgamento, agora em Aveiro,  
abrangendo várias mulheres acusadas  
de recurso ao aborto.

O PCP está activamente empenhado  
na formação de um vasto movimento  
de opinião que expresse a solidariedade  
com as mulheres em julgamento  
no processo de Aveiro.

O PCP continua a ser activamente  
favorável a que a primeira prioridade,  
no plano institucional, seja a aprovação  
na Assembleia da República  
de uma lei de despenalização do aborto.  
E, nesse sentido, apresentou na Assembleia  
da República o Projecto-lei 1/IX  
de despenalização do aborto a pedido  
da mulher até às 12 semanas.

## A sua posição é importante

Para que as mulheres  
não se sentem no banco dos réus.  
Não queremos que as mulheres  
corram o risco de prisão.

